

IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE RURAL: UMA ANÁLISE SOB A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM (MT)

IMPORTANCIA DEL USO DE LA CONTABILIDAD RURAL: UN ANÁLISIS BAJO LA PERCEPCIÓN DE PRODUCTORES RURALES EN EL MUNICIPIO DE NOVA MUTUM (MT)

*Alexandra Bonifácio Elger¹
Maysa Oliveira de Melo Antônio²*

RESUMO

Na medida em que a propriedade rural foi se assemelhando a uma empresa, houve a necessidade de o produtor se adaptar a esse novo cenário. Este estudo teve como objetivo verificar a percepção dos produtores rurais do município de Nova Mutum (MT) em relação à importância da utilização da contabilidade rural para a gestão da propriedade. Estudos sobre tal objeto possibilitam reforçar a necessidade do uso de mecanismos que auxiliem na gestão da atividade rural, sendo a contabilidade usada para tal. Com base nessa premissa, o presente estudo, caracterizado como qualitativo, de natureza descritiva, aplicou questionário a uma amostra de 138 produtores rurais. Os resultados mostram que, apesar de a maior parte dos respondentes ter explicitado que a contabilidade é uma importante ferramenta de gestão, isso não se observa na prática, pois um número mínimo de produtores a utiliza para gerenciar suas propriedades.

Palavras-chave: Produtores rurais. Contabilidade rural. Agronegócio. Ferramentas gerenciais.

RESUMEN

A medida que la propiedad rural comenzó a parecerse a una empresa, fue necesario que el productor se adaptara a este nuevo escenario. Este estudio tuvo como objetivo verificar la percepción de los productores rurales en el municipio de Nova Mutum (MT) en relación con la importancia de utilizar la contabilidad rural para la gestión de la propiedad. Los estudios sobre este objeto permiten reforzar la necesidad del uso de mecanismos que ayuden en la gestión de la actividad rural, la contabilidad se utiliza para este propósito. En base a esta premisa, el presente estudio, caracterizado como cualitativo, de naturaleza descriptiva, aplicó

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Nova Mutum, e-mail: alexandrbonifacioelger@hotmail.com.

² Mestra em Ciências Contábeis, professora do curso de Ciências Contábeis da UNEMAT – Campus de Nova Mutum, e-mail: maysa-oliveira23@hotmail.com.

un cuestionario a una muestra de 138 productores rurales. Los resultados muestran que, aunque la mayoría de los encuestados han explicado que la contabilidad es una herramienta de gestión importante, esto no se observa en la práctica, ya que un número mínimo de productores la utilizan para administrar sus propiedades.

Palabras clave: productores rurales. Contabilidad rural. Agronegocios. Herramientas administrativas.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura consiste em toda a atividade de exploração da terra, podendo ser o cultivo de lavouras e florestas, bem como a criação de animais, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico (CREPALDI, 2016). Tal desenvolvimento desencadeia uma série de benefícios aos que a ela se dedicam, como o aumento de renda, elevando, conseqüentemente, o Produto Interno Bruto do país (GALVÃO, 2017).

Nessa perspectiva, Batalha (2009) explicita que, ao desenvolver suas atividades, o agricultor deseja evitar resultados negativos que possam afetar seu patrimônio. Sendo assim, é fundamental que ele tenha conhecimento e aplique em seus negócios práticas administrativas que viabilizem a redução de custos e o aumento da produtividade (OLIVEIRA, 2010).

Entre as ferramentas que podem ser utilizadas nesse processo, destaca-se a contabilidade rural, que está centrada no estudo do patrimônio rural e visa a auxiliar na aplicação de estratégias que permitem melhorar os resultados dos negócios (MARION, 2014; CALLADO, 2015). Porém, a maioria dos proprietários rurais não possui conhecimento sobre a importância de utilizá-las (DIAS, 2010).

Frente a isso, esta pesquisa se guia pelo seguinte questionamento: qual a percepção dos produtores rurais do município de Nova Mutum (MT) em relação à importância da utilização da contabilidade rural para a gestão da propriedade?

Para responder a esse problema, o objetivo geral deste estudo é analisar a importância da utilização da contabilidade rural como ferramenta de gestão, sob a percepção dos produtores rurais do município de Nova Mutum. Para alcance de tal objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) identificar as principais características das propriedades rurais e dos produtores rurais do município de Nova Mutum; (2) verificar como o produtor rural se utiliza da contabilidade como ferramenta de gestão; (3) evidenciar a percepção do produtor rural quanto à importância da contabilidade como ferramenta de gestão da propriedade rural.

Conforme dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2019), o agronegócio brasileiro contribui para gerar emprego, destacando-se mesmo em períodos difíceis para a economia, sendo que, no Estado de Mato Grosso, os dados apontam que 33,55% dos trabalhos formais e informais estão relacionados ao setor, o que revela sua importância para a geração de emprego e renda na região.

Isto posto, o estudo se justifica frente à representatividade do agronegócio na economia nacional, o que reforça a necessidade do uso de mecanismos que auxiliem na gestão dessa atividade, sendo a contabilidade usada para tal. Assim, estudos relacionados ao tema são relevantes por contribuir para maior conscientização de gestores e agricultores

quanto à importância da utilização da contabilidade na gestão da atividade rural, bem como para o incentivo dessa prática.

Além desta introdução, o presente artigo se divide em cinco seções. A segunda seção trata das teorias e conceitos que constituem o referencial deste estudo. Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados em seu desenvolvimento. A quarta seção apresenta a análise e discussão dos dados coletados. Na quinta seção, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Atividade rural

A atividade rural é uma vertente do agronegócio que se destina à exploração e cultivo agrícolas de diversas culturas, criação de animais na pecuária e transformação de produtos agrícolas e pecuários que não tenham sua composição modificada, ou seja, permanecem *in natura* (MARION, 2014).

O Comitê de Pronunciamento Contábeis (2009), no pronunciamento técnico conhecido como CPC 29, define a atividade agrícola como sendo o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos com a finalidade de venda ou conversão em produtos agrícolas. O CPC 29 define, ainda, que a transformação biológica é o processo de crescimento, degeneração da produção e procriação que afetam qualitativa e quantitativamente os ativos biológicos.

Algumas particularidades são evidenciadas dentro da atividade rural, diferenciando-a de outras atividades, por exemplo, o ano agrícola, período em que é realizado o plantio, a colheita e a comercialização da cultura (CREPALDI, 2016). Outra particularidade a se comentar é que, segundo Martins (2018), é possível separar a atividade agrícola em cultura temporária e cultura permanente. A cultura temporária, segundo explica o autor, caracteriza-se por ter vida curta (quando colhida, é arrancada da terra e, mesmo estando sujeita a replantio, não se passa mais de um ano entre o plantio e a colheita), enquanto a cultura permanente é vinculada ao solo e produzida por tempo superior a um ano.

Quanto às formas jurídicas possíveis para a exploração da atividade rural, estão a pessoa física e a pessoa jurídica. Marion (2014) define pessoa física como o ser humano, que, portanto, finaliza sua existência com a morte, enquanto a pessoa jurídica se configura pela criação de uma nova pessoa, por meio de um trato reconhecido por lei, denominado empresa. Entre as duas formas, no Brasil, prevalece a pessoa física, por ser menos onerosa e proporcionar maiores vantagens fiscais quando se trata de pequenas atividades (CASSOL; SCHNEIDER, 2013).

2.2 Agronegócio

O agronegócio consiste em um sistema agroindustrial formado por diversas etapas dentro de uma cadeia produtiva, as quais se alimentam uma à outra, sequencialmente, fazendo com que todos os participantes desse meio tenham a visão sistêmica do negócio (ARAÚJO, 2017). O agronegócio brasileiro abrange atividades econômicas ligadas, basicamente, à matéria-prima para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos, a produção agrícola, englobando lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, a agroindustrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados (BRASIL, 2011).

Batalha (2009) explica que o agronegócio engloba uma junção de fatores que geram riquezas oriundas de recursos naturais e renováveis, dividindo-se em três etapas: “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “depois da porteira”. A etapa “antes da porteira” envolve toda a cadeia de pesquisa, desenvolvimento, serviços e distribuidores de insumos, agentes fundamentais para a produção agrícola comercial (ARAUJO, 2017). A etapa “dentro da porteira” caracteriza-se como o conjunto de atividades desempenhadas no campo, agregando-se valor ao ciclo vegetativo, finalizando-se a etapa quando esse conjunto é transformado em produto agrícola (BATALHA, 2009). Por fim, “depois da porteira” é a etapa que inclui as atividades de armazenamento, beneficiamentos agroindustriais, atravessadores, distribuidores e o comércio em geral, até atingir os consumidores (ANDRIETTA, 2004).

Nas últimas décadas, o agronegócio brasileiro vem passando por modificações não apenas quanto ao volume, mas à qualidade do que produz. O setor tem demonstrado grande capacidade de gerar emprego e renda e seu desempenho médio, inclusive, supera o da indústria. Por isso, o setor tem se destacado como motor da economia em âmbitos nacional e global, sendo um impulsor de outros setores (BRASIL, 2011).

Especificamente, o Mato Grosso, conforme dados do IBGE (2016), obteve, nas últimas décadas, um crescimento expressivo no agronegócio, caracterizado por ser de economia primária e baixos índices de agroindustrialização, ocupando 22 milhões de hectares de terra. Isso representa 19,2% do total da área plantada no Brasil, o que consolida o Estado como líder nacional em produtividade de soja. Ainda conforme o IBGE (2016), o município de Nova Mutum participa ativamente desse crescimento, uma vez que possui terras agricultáveis, clima e solo com bom perfil para o desempenho das atividades agrícolas (IBGE, 2016).

2.3 Contabilidade rural

A contabilidade rural tem papel importante na mensuração de resultados relacionados à gestão da atividade rural, pois sua aplicabilidade é vinculada às normas e conceitos contábeis, centrada no estudo do patrimônio rural (RODRIGUES, 2007). Seu papel é gerar informações referentes às propriedades rurais, de forma a auxiliá-las em seu desenvolvimento (CALLADO, 2015).

Os registros contábeis na atividade rural devem ser elaborados seguindo os parâmetros do CPC 26 – R1, que trata das demonstrações contábeis, definidas como sendo uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira do desempenho da propriedade, cujo objetivo é apresentar os resultados da atuação dos gestores com os recursos que lhes foram confiados (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

Adicionalmente, a escrituração da atividade rural obedece aos critérios da Lei 6.404/1976 e dos princípios da contabilidade, registrando as mudanças patrimoniais de acordo com o regime de competência (CARVALHO, 2002). Tais registros permitem que o gestor a utilize como ferramenta de controle financeiro, projetando novos investimentos, baseando-se em fatos concretos (GOMES, 2010).

O critério de avaliação dos produtos da atividade rural é fundamentado com base nos custos computados durante seu ciclo operacional, mas, quando houver perdas por motivos de eventos naturais, como seca, inundação, incêndios etc., será registrada como despesa não operacional da atividade, abarcando, assim, os custos dentro da cultura temporária e, também, da cultura permanente (CREPALDI, 2016).

Quanto aos princípios contábeis que norteiam a contabilidade rural, Segatti e Marion (2010) descrevem os que estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 - Princípios contábeis que norteiam a contabilidade rural

Princípios	Descrição
Princípio da entidade contábil	Estabelece que o patrimônio da empresa não deve se confundir com o patrimônio do agricultor, sendo o patrimônio o objeto da contabilidade.
Princípio da realização da receita e da confrontação da despesa	Necessário para que se possa obter o resultado operacional.
Princípio do custo histórico ou original	Base de valor que determina que os ativos adquiridos para a entidade devem ser incluídos com o valor original de sua aquisição ou pelo custo de fabricação, com os gastos desembolsados para permitir que o ativo esteja em condições de o gestor dele beneficiar-se.

Fonte: adaptado de Segatti e Marion (2010).

2.4 Gerenciamento das atividades rurais

O processo de gestão da agricultura requer visão periférica de todo o empreendimento, entendimento sobre liderança organizacional e um conjunto de parcerias para melhorar a sustentabilidade do empreendimento rural (MARTINS, 2018). Araujo (2017) assevera que os modos de gerir, planejar e controlar são os principais componentes que devem ser considerados para uma gestão de sucesso em uma propriedade rural.

Para Callado (2015), mais do que plantar e colher com altos índices de produtividade, é necessário desenvolver estratégias para compra de insumos, condução da cultura, colheita e venda, para que resultados satisfatórios possam ser obtidos, fazendo-se necessário, assim, a busca de conhecimentos técnico, econômico e administrativo.

No entanto, a expansão do agronegócio brasileiro trouxe consigo algumas vulnerabilidades, como os problemas de logística e infraestrutura do transporte, que dificultam o escoamento da produção, o qual ocorre, em sua maior parte, por rodovias (ARAUJO, 2017). Outras duas dificuldades enfrentadas pelo setor são a baixa capacidade de armazenamento, que faz com que os produtores negociem sua produção ainda durante a safra, e o fraco conhecimento sobre gerenciamento por parte daqueles (VIEIRA, 2002).

Dessa forma, visando a auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão, a contabilidade engloba uma série de instrumentos administrativos que facilitam a compreensão de aspectos relacionados à capacidade de pagamento, ao nível de endividamento, à necessidade de capital de giro e, ainda, ao resultado das decisões estratégicas atribuídas a investimentos e financiamentos realizados por tais gestores (BARBALHO; PEREIRA; OLIVEIRA, 2006). Alguns desses instrumentos estão mais detalhadamente apresentados nas subseções a seguir.

2.4.1 Fluxo de caixa

O fluxo de caixa é um instrumento essencial para a análise financeira, pois possibilita constatar as origens e os destinos do dinheiro transitado pela entidade em certo período de tempo, permitindo, desse modo, avaliar a estrutura financeira da propriedade rural (COELHO, 2010). Frezatti (2014) ressalta que, conforme tratado no CPC 03/2010, o fluxo de

caixa pode ser útil aos usuários externos, pois, por meio de sua estrutura, permite comparar o valor presente da entidade com o de outras entidades.

Quanto ao fluxo de caixa para gerenciamento de uma empresa rural, Crepaldi (2016) explica que seu objetivo é mostrar previamente períodos em que será necessário captar recursos para saldar compromissos assumidos, possibilitando que o empresário rural trabalhe com certa margem de segurança, pois estará programando suas operações e tomando decisões baseadas em fatos fidedignos.

2.4.2 Contabilidade de custos

As características inerentes à agricultura fazem com que o gestor necessite de um controle de custos eficaz para levantar o custo total do produto, visando a analisar se está compensando para a propriedade manter-se no mercado (COELHO, 2010). Para facilitar a verificação dos gastos, é necessário que seja feita a separação dos custos (BERTLAND, 2005) em duas categorias: fixos e variáveis.

Bruni (2019) explica que os custos fixos são aqueles que não têm seu valor alterado em um determinado período de tempo, independentemente da quantidade produzida. Os custos variáveis, como o nome diz, consistem nos custos que se alteram de acordo com a produção, ou seja, quando aumenta ou diminui a produção, os custos mudam de forma proporcional (FADANELLI, 2007).

Tanto os custos fixos quanto os variáveis possuem dois métodos de apuração: direto e indireto. Os custos diretos são aqueles que não têm necessidade de rateio para serem apropriados, pois estão ligados diretamente com o produto ou serviço, diferentemente dos custos indiretos, para os quais é necessário algum critério de rateio para que sejam alocados (DUTRA, 2017).

Em virtude de as empresas buscarem identificar e diferenciar os custos por variabilidade, surge a necessidade da implantação de métodos de custeio em suas operações, para buscar melhores formas de distribuição e coleta de dados baseadas nas análises dos custos alocados (BRUNI, 2014). Entre aos métodos de custeios existentes, destacam-se o custeio por absorção e o custeio variável.

O custeio por absorção consiste em apropriar ao bem todos os custos – fixos e variáveis, diretos e indiretos –, com a vantagem de fornecer com melhor precisão o custo final dos produtos e assegurar um melhor planejamento a longo prazo (DUTRA, 2017). O custeio por absorção se destaca, também, por estar de acordo com os princípios contábeis e com as leis tributárias, tendo, por outro lado, a desvantagem de dificultar a formação de preço de venda competitivo, pois não fornece a real margem de contribuição do produto (BERTI, 2017).

No custeio variável, são apropriados aos produtos apenas os custos variáveis, sendo os custos fixos e as despesas fixas considerados como despesas, encerrados contra o resultado do período (MARTINS, 2018). O custeio variável tem a vantagem de ser mais objetivo e realístico, pois possibilita uma análise mais próxima do real desempenho operacional e, diferentemente do custeio por absorção, fornece a margem de contribuição dos produtos (DUTRA, 2017). Entretanto, destaca-se que o método de custeio variável não é aceito pela legislação, devendo ser utilizado apenas para fins gerenciais (RIBEIRO, 2017).

2.4.1.1 Análise das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são relatórios postos à disposição dos usuários, os quais podem evidenciar os pontos financeiros críticos da entidade, possibilitando apresentar um esboço de prioridades e solucionar problemas empresariais (MATARAZZO, 2010). Iudícibus (2009) lembra que a análise das demonstrações contábeis é importante para interpretação desses relatórios, caracterizando-se pelo estudo de cada parte dos demonstrativos contábeis, de modo que se estabeleça relação por meio da construção sequencial e histórica de índices, formando juízos parciais e globais sobre os resultados e os patrimônios da entidade.

O objetivo da extração de dados está baseado em evidenciar informações das demonstrações financeiras. Nesse sentido, o conhecimento de alguns índices, como os indicadores financeiros, torna-se fundamental para a tomada de decisões (COELHO, 2010). Os principais indicadores financeiros são os índices de liquidez, índices de endividamento e índices de rentabilidade (ASSAF NETO, 2012).

No que tange aos índices de liquidez, são usados para verificar a capacidade de pagamento da empresa, demonstrando se ela é capaz de saldar seus compromissos imediatos, de curto ou longo prazos, conforme explica Bruni (2014), sublinhando que, para cada momento, utiliza-se determinado índice. Por exemplo, para saldar compromissos imediatos, usa-se o índice de liquidez imediata, enquanto que, para curto prazo, são usados os índices de liquidez seca e corrente. O índice geral, por sua vez, é usado para saldar compromissos de longo prazo (BRUNI, 2014).

Por sua vez, os índices de endividamento objetivam evidenciar o quão comprometido o ativo da empresa está para saldar suas dívidas com terceiros, bem como o tamanho das dívidas por ela apresentadas a curto e longo prazos. Nesses casos, pode-se utilizar o cálculo de índice de endividamento geral e a composição do endividamento (MIRANDA; DINIZ, 2013).

Por fim, Saporito (2015) destaca os índices de rentabilidade, que, por meio do confronto entre resultados alcançados pela organização e valor das vendas, do ativo total, do patrimônio líquido ou do ativo operacional, pode fornecer parâmetros significativos em termos de interpretação para a organização. Na avaliação da rentabilidade, podem ser usados o retorno sobre investimento, retorno dos ativos e o retorno sobre o patrimônio líquido.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis podem ser avaliadas por meio da análise vertical e da análise horizontal (IUDÍCIBUS, 2009). A segunda mostra a variação de itens das demonstrações contábeis com o passar dos períodos, a fim de caracterizar tendências e discriminar o ritmo de crescimento de cada parte da estrutura de composição (REIS; MARION, 2006). A análise vertical se assemelha à horizontal, pelo fato de também ser pautada na estrutura, dividindo, porém, todos os elementos do ativo pelo valor do total desse mesmo ativo e todos os valores do passivo pelo total desse passivo, alcançando, assim, o percentual que cada elemento representa no todo, evidenciando a evolução da estrutura de composição de itens ao longo do tempo (MATARAZZO, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo-se do objetivo de analisar a importância da utilização da contabilidade rural como ferramenta de gestão a partir da percepção dos produtores rurais do município de Nova Mutum (MT), a presente pesquisa se classifica como qualitativa. A pesquisa qualitativa é aquela que representa as opiniões e perspectivas dos participantes, podendo contemplar as

condições em que as pessoas vivem, com desejo de explicar os acontecimentos por meio de conceitos existentes e questões particulares aplicadas a um público alvo (YIN, 2016).

Além disso, a pesquisa tem natureza descritiva, sendo que esta, conforme explicam Lakatos e Marconi (2017), tem como objetivos observar, registrar, analisar e interpretar os fatos sem a interferência do pesquisador, restando-lhe, deste modo, a função de justificar os motivos que determinam e contribuem para a ocorrência de tais fenômenos.

Quanto ao procedimento de coleta de dados, caracteriza-se como pesquisa de campo baseada em questionário, aplicado a 138 produtores rurais do município de Nova Mutum, no segundo semestre de 2019. O questionário foi adaptado dos trabalhos de Kruger, Mazzioni e Boettcher (2009); Macedo, Freitas e Guerra (2013) e continha 13 questões, sendo 10 fechadas e de múltipla escolha, em que os respondentes optaram por uma das alternativas; 2 questões dicotômicas, com as opções de sim ou não; havia, por fim, uma questão em que os produtores rurais indicaram a periodicidade de utilização de cada instrumento de controle gerencial, bem como indicaram o grau de importância por eles atribuído a cada instrumento de controle apresentado. Para esta finalidade, utilizou-se a escala *Likert*, em que cada instrumento de controle foi pontuado de 1 a 5 (1= muito importante; 2 = importante; 3 = razoavelmente importante; 4 = pouco importante; 5 = sem importância).

Costa (2011) explica que a escala *Likert* é o modelo mais utilizado para fazer mensuração de atitudes dentro do contexto das ciências comportamentais, de modo que os respondentes emitem seu grau de concordância para cada afirmativa.

Os dados coletados na pesquisa em campo foram sistematizados e analisados por meio de quadros e tabelas. Para tanto, o *software Microsoft Office Excel* foi utilizado como ferramenta de auxílio.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Nesta sessão, são apresentados, por meio de tabelas, os resultados obtidos com a aplicação do questionário a 138 produtores rurais do município de Nova Mutum (MT), no segundo semestre de 2019. Inicialmente, faz-se a caracterização dos respondentes da pesquisa e de suas respectivas propriedades rurais. Posteriormente, são apresentados os resultados referentes à percepção do produtor rural quanto à importância da contabilidade como ferramenta de gestão da propriedade rural.

4.1 Caracterização dos produtores rurais

Os resultados apurados em relação à idade dos produtores rurais estão apresentados na Tabela 1, a seguir, na qual se observa que 6,52% dos entrevistados têm idade acima de 60 anos; 38,41%, entre 51 e 60 anos, sendo esta a faixa etária com o maior número de proprietários, seguida dos que estão entre 41 e 50 anos (26,81%). Um total de 20,29% tem de 31 a 40 anos e 7,97 % situam-se entre 21 e 30 anos. Evidencia-se, assim, que a maioria dos produtores rurais de Nova Mutum tem mais de 41 anos, mas, aos poucos, os jovens estão se incluindo na atividade rural.

Tabela 1- Faixa etária dos entrevistados

	Frequência	Percentual
20 a 30 anos	11	7,97
31 a 40 anos	28	20,29
41 a 50 anos	37	26,81

51 a 60 anos	53	38,41
Acima de 60 anos	9	6,52
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Quanto ao sexo, 137 dos 138 entrevistados são homens, havendo somente uma mulher, evidenciando o quanto o setor rural ainda tem a se desenvolver quando se trata da inclusão da mulher à frente dos negócios do campo. A Tabela 2 apresenta os resultados relativos ao nível de escolaridade dos respondentes.

Tabela 2 - Nível de escolaridade

	Frequência	Percentual
Ensino fundamental incompleto	4	2,90
Ensino fundamental completo	21	15,23
Ensino médio incompleto	33	23,91
Ensino médio completo	69	50
Superior incompleto	5	3,62
Superior completo	5	3,62
Pós-graduação	1	0,72
Mestrado	0	0,00
Doutorado	0	0,00
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Na Tabela 2, nota-se que 2,90% dos entrevistados não completaram o ensino fundamental e 15,23% o concluíram; 23,91% não têm o ensino médio concluído, mas quase 58% conseguiram terminar esta etapa, se somados os que têm curso superior incompleto (3,62%) e superior completo (3,62%). Um percentual ínfimo (0,72%) chegou à pós-graduação. Assim, a grande maioria dos agricultores entrevistados têm ensino médio completo.

A esse respeito, Marion (2014), reforça que, para um bom resultado financeiro da propriedade rural, os profissionais responsáveis pela gestão devem possuir conhecimentos administrativos, que, geralmente, são acessados em curso superior. Entretanto, não se restringe à universidade, pois há entidades (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, entre outras) que oferecem cursos de curta duração e que podem instrumentalizar o produtor rural com ferramentas administrativo-financeiras que lhe permitam aperfeiçoar a gestão de sua propriedade.

A Tabela 3 caracteriza os trabalhadores das propriedades rurais.

Tabela 3 - Trabalhadores da propriedade

	Frequência	Percentual
Grupo familiar	29	21,01
Funcionários	0	0,00
Grupo familiar e funcionários	109	78,99
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A Tabela 3 demonstra que, em 21,01% das propriedades, os serviços são desenvolvidos somente pelo grupo familiar e em 78,99%, são desempenhados pela atuação

conjunta de membros da família e funcionários. Os resultados da pesquisa vão ao encontro dos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2011) e reforçam a capacidade empregadora da agricultura e seu potencial para promover o desenvolvimento da economia nacional.

A origem das propriedades está destacada na Tabela 4.

Tabela 4 - Origem da propriedade

	Frequência	Percentual
Herança	11	7,97
Arrendamento	34	24,64
Parte herança e renda da própria propriedade	91	65,94
Obtida com recursos próprios	2	1,45
Outros	0	0,00
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A Tabela 4 mostra que a propriedade de 7,97% dos entrevistados é patrimônio proveniente de herança familiar; 24,64% desenvolvem seus serviços em terras arrendadas e 65,94% herdaram parte da propriedade e complementaram o valor para sua aquisição com renda obtida na própria propriedade. Somente 1,45% dos entrevistados obtiveram suas propriedades com recursos próprios. Os resultados evidenciam que a maior parte dos proprietários rurais de Nova Mutum recebeu suas terras por herança familiar e as expandiu com a renda decorrente da produção nela realizada.

A Tabela 5 trata do tempo de atuação dos produtores rurais na agricultura.

Tabela 5 - Tempo de atuação na agricultura

	Frequência	Percentual
Menos de 5 anos	7	5,07
6 a 10 anos	17	12,32
11 a 15 anos	8	5,80
16 a 20 anos	29	21,01
21 a 25 anos	26	18,84
26 a 30 anos	24	17,39
Acima de 30 anos	27	19,57
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Verifica-se que 5,07% dos entrevistados atuam há menos de cinco anos na agricultura; 12,32% fazem isso por tempo que varia de 6 a 10 anos; 5,80% atuam de 11 a 15 anos; 21,01% trabalham entre 16 e 20 anos; 18,84% atuam entre 21 a 25 anos; 17,39% somam de 26 a 30 anos, enquanto 19,57% têm mais de 30 anos de trabalho na área. Identifica-se, desse modo, que a maior parte dos entrevistados atua há bastante tempo na atividade rural. Tal resultado pode ser relacionado aos mostrados na Tabela 4, evidenciando que, em função tempo de atuação na atividade rural, os produtores conseguiram aumentar o tamanho de suas propriedades com os recursos nelas obtidos.

4.2 Caracterização das propriedades rurais

A segunda parte da análise discute características das propriedades rurais. A Tabela 6 apresenta os resultados pertinentes ao tamanho da área rural.

Tabela 6 – Tamanho da área rural

	Frequência	Percentual
Até 500 há	18	13,04
De 501 a 1.000 há	81	58,70
De 1.001 a 1.500 há	35	25,36
De 1.501 a 2.000 há	4	2,90
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Pode-se observar que a propriedade de 13,04% dos entrevistados tem até 500 ha; 58,70%, áreas de 500 a 1.000 ha; 25,36% estão em propriedades de 1.000 a 1.500 ha e 2,90%, em propriedades de 1.500 a 2.000 ha. Logo, a maioria dos entrevistados caracteriza-se como médio produtor, com propriedades de dimensão que varia de 4 a 15 módulos fiscais. De acordo com o art. 4º da Lei nº 8.629/93, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária dos imóveis rurais do município. No município de Nova Mutum, um módulo fiscal equivale a 100 hectares (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, acesso em 12 setembro 2019).

Em relação à cultura desenvolvida pelos entrevistados, 100% deles têm a soja como cultura principal e o milho, como cultura secundária, sendo estas caracterizadas por Martins (2018) como culturas temporárias, uma vez que possuem vida curta, que não ultrapassa o ciclo de um ano agrícola, em razão do que se pode intercalar as duas culturas ao longo de um mesmo ano. Em relação ao faturamento anual, os resultados obtidos são apresentados na Tabela 7.

Tabela 7 - Faturamento anual da produção

	Frequência	Percentual
Até R\$ 200.000,00	0	0,00
R\$ 201.000,00 a R\$ 500.000,00	0	0,00
R\$ 501.000,00 a R\$ 1.000.000,00	6	4,35
R\$ 1.001.000,00 a R\$ 2.000.000,00	12	8,69
Acima de R\$ 2.000.000,00	120	86,96
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A Tabela 7 mostra que o faturamento anual dos entrevistados é superior a R\$ 501.000, sendo que 4,35% faturam até R\$ 1 milhão; 8,69% faturam entre R\$ 1,1 e R\$ 2 milhões e 86,96% têm faturamento acima de R\$ 2 milhões. O montante financeiro movimentado pela atividade rural fortalece a necessidade de os gestores utilizarem ferramentas de controle financeiro em sua propriedade rural (TROMBETTA, 2014).

4.3 Gerenciamento contábil

O primeiro aspecto avaliado na pesquisa quanto ao gerenciamento contábil é sobre a utilização, por parte do produtor, da contabilidade na atividade rural. Os resultados obtidos são destacados na Tabela 8.

Tabela 8 - Utilização da contabilidade na atividade rural

	Frequência	Percentual
Sim	138	100,00
Não	0	0,00
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Todos os respondentes afirmaram que utilizam a contabilidade na atividade, porém, entre os 138 entrevistados, somente um utiliza a contabilidade para o gerenciamento de seu negócio rural e tomada de decisões, fazendo-o desde 1995. Tal resultado é consonante com achados de Lizote, Winter e Dal Ri (2013), cuja pesquisa evidenciou um número mínimo de produtores utilizando ferramentas gerenciais na gestão das atividades rurais.

Contrapondo os resultados da Tabela 8 com os da Tabela 2, verificou-se que o respondente que faz uso da contabilidade para a gestão e processo decisório em sua atividade é o único que, entre os entrevistados, possui pós-graduação, reforçando a necessidade de se melhorar a formação dos proprietários rurais.

A Tabela 9 destaca a percepção dos produtores rurais em relação à importância da utilização da contabilidade na gestão da atividade rural.

Tabela 9 - Percepção sobre a importância do uso da contabilidade na gestão da atividade rural

	Frequência	Percentual
Muito importante	26	18,84
Importante	72	52,17
Razoavelmente importante	20	14,49
Pouco importante	12	8,70
Sem importância	8	5,80
Total	138	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A Tabela 7 mostra que 18,84% dos entrevistados julgaram que a contabilidade é muito importante para a gestão da atividade; 52,17% julgaram-na importante; 14,49% acham que ela é razoavelmente importante; 8,7% pensam que se trata de algo pouco importante, enquanto 5,8% não atribuem importância ao seu uso na gestão da atividade rural. Os dados mostram que, mesmo que quase todos os produtores não utilizem a contabilidade como ferramenta de gestão, eles percebem a importância que ela possui para a gestão da atividade rural, tal como também verificaram Mol et al. (2018) com os entrevistados de sua pesquisa. O resultado sublinha, ainda, que os negócios podem estar obtendo resultado além do que poderiam, podendo se expandir, se os produtores fizessem o uso dessa ferramenta que é tão importante.

Visando avaliar a percepção dos produtores rurais de Nova Mutum quanto à importância da utilização de alguns instrumentos de controle para a gestão da atividade rural, foi utilizada a escala *Likert*, com itens pontuados de 1 a 5 (5= muito importante; 4 = importante; 3 = razoavelmente importante; 2 = pouco importante; 1= sem importância). No Quadro 2 estão mencionados em termos percentuais, a importância dos instrumentos de

controle sob a ótica dos entrevistados, bem como a periodicidade de utilização de cada um deles:

Quadro 02 - Percentual de respondentes em cada atributo dos instrumentos de controle para a gestão da atividade rural

Instrumento	Periodicidade da utilização			Importância atribuída ao instrumento de controle					
	Sempre	Nunca	As vezes	5	4	3	2	1	Total
Análise das demonstrações contábeis	0	100%	0	0	0	22%	35%	43%	100,00%
Orçamento de produção	0,72	99,28%	0	0	0	15%	39%	46%	100,00%
Controle da produtividade - comparação previsto x realizado	0	99,28%	0,72%	0	0	26%	31%	43%	100,00%
Controle dos custos de produção por atividade	0,72%	99,28%	0	41%	21%	8%	30%	0	100,00%
Acompanhamento da lucratividade por meio de relatórios contábeis	0,72%	99,28%	0	4%	22%	73%	7%	0	100,00%
Fluxo de caixa	0,72%	99,28%	0	89%	7%	4%	0	0	100,00%
Controle de contas a pagar	0,72%	99,28%	0	59%	38%	3%	0	0	100,00%
Controle de contas a receber	0,72%	99,28%	0	56%	39%	5%	0	0	100,00%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

O quadro 2 mostra que entre os entrevistados, 100% deles nunca usam a análise das demonstrações contábeis, onde 43% dos entrevistados consideram o instrumento sem importância. Em relação ao instrumento de orçamento de produção, 99,28% nunca usam, apenas 0,72% o utilizam sempre, quanto à importância atribuída, prevaleceu 46% que o consideram como sem importância. No instrumento de controle de produtividade, 99,28% dos entrevistados também responderam que nunca o usam e 0,72% utilizam as vezes, bem como a maioria consideram o item como sem importância (43%). O instrumento de controle de custos de produção por atividade 99,28% nunca utilizam e 0,72% utilizam as vezes, quanto a importância atribuída, prevaleceu a importância 5 de muito importante. O instrumento de acompanhamento da lucratividade por meio de relatórios contábeis 99,28% dos entrevistados nunca usam, 0,72% utilizam sempre e quanto a sua importância, prevaleceu a importância 3 de importante. O instrumento de fluxo de caixa 99,28% nunca usam, enquanto 0,72% usam sempre, porém 89% dos entrevistados atribuíram importância 5 de muito importante. O instrumento de contas a pagar e contas a receber 99,28% dos entrevistados nunca usam, enquanto 0,72% sempre utilizam, por fim, quanto a importância atribuída dos dois instrumentos, prevaleceu a importância 5 de muito importante com os percentuais de 59% e 56% respectivamente.

Tal como em Costa et al. (2008), onde discutiu-se a importância atribuída por professores de IES em administração para a área de gestão ambiental, calculou-se o grau de importância atribuído pelos entrevistados aos instrumentos de controle apresentados no Quadro 02. Para tanto, considerou-se o percentual obtido em cada atributo, multiplicado por sua respectiva escala de importância, e o resultado dividido por cem. Por exemplo, a importância atribuída à análise das demonstrações contábeis foi assim obtida: $(22 \times 3/100) + (35 \times 2/100) + (43 \times 1/100) = 1,79$. Os resultados estão listados no quadro a seguir:

Quadro 3: Grau de importância atribuída aos instrumentos de controle gerencial

Instrumento	Importância atribuída ao instrumento de controle						Grau de Importância (%)
	5	4	3	2	1	Total	
Análise das demonstrações contábeis	0	0	0,66	0,70	0,43	1,79	6,79%
Orçamento de produção	0	0	0,45	0,78	0,46	1,69	6,41%
Controle da produtividade - comparação previsto x realizado	0	0	0,78	0,62	0,43	1,83	6,94%
Controle dos custos de produção por atividade	2,05	0,84	0,24	0,6	0	3,73	14,15%
Acompanhamento da lucratividade por meio de relatórios contábeis	0,2	0,88	2,19	0,14	0	3,41	12,93%
Fluxo de caixa	4,45	0,28	0,12	0	0	4,85	18,39%
Controle de contas a pagar	2,95	1,52	0,09	0	0	4,56	17,29%
Controle de contas a receber	2,8	1,56	0,15	0	0	4,51	17,10%
Total						26,37	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

O quadro 3 apresenta a importância atribuída a cada instrumento de controle gerencial. Observa-se que a somatória da importância atribuída foi de 26,37, deste total, 18,39% está relacionado com o fluxo de caixa, 17,29% correspondem ao controle de contas a pagar e 17,10% ao controle de contas a receber, apontando que estes instrumentos possuem maior importância para os entrevistados quando comparados aos demais. Já os instrumentos de análise de demonstrações contábeis e orçamento de produção correspondem a respectivamente 6,41% e 6,79% do total atribuído, sendo considerados como itens de menor importância na percepção dos entrevistados.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a importância da utilização da contabilidade rural como ferramenta de gestão, a partir da percepção dos produtores rurais de Nova Mutum (MT). Os resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários permitiram identificar as características dos produtores e das propriedades rurais do município de Nova Mutum, bem como se o produtor rural utiliza a contabilidade como ferramenta de gestão e sua percepção quanto a importância atribuída às ferramentas de controle gerencial.

Constatou-se que o perfil dos produtores rurais prevalece entre a idade de 51 a 60 anos do sexo masculino com ensino médio completo, onde desenvolve suas atividades a pelo menos 16 anos juntamente com a família e funcionários. Quanto às propriedades, estas são oriundas de heranças e são expandidas com o lucro da propriedade, onde é feito o cultivo de soja e milho. Em relação às características predominantes das propriedades rurais, os

resultados mostram que estas possuem áreas entre 500 e 1.000 hectares, com faturamento anual acima de dois milhões.

Os resultados evidenciam ainda que todos os entrevistados fazem uso da contabilidade, porém, apenas um a utiliza na gestão da propriedade. Verificou-se que mesmo considerando importantes algumas ferramentas de controle como o fluxo de caixa, o controle de contas a pagar e a receber, a grande maioria dos produtores rurais não possuem o hábito de utilizá-las. Conclui-se, portanto, que as ferramentas contábeis são importantes para a gestão de uma empresa rural, contudo, é necessário um avanço relacionado a sua aplicabilidade neste meio.

O presente estudo contribui de forma prática para meio acadêmico e social ao demonstrar que é preciso expandir o uso da contabilidade na área rural, onde os produtores correspondem a uma parcela significativa da economia nacional e poderiam elevar a performance de seus resultados se fizessem uso de ferramentas contábeis na gestão de suas propriedades.

Como limitações do estudo, destaca-se o difícil acesso aos produtores rurais para aplicação dos questionários, resultando em uma redução do número de entrevistas esperadas. Como sugestões para estudos futuros, recomenda-se a identificação dos motivos pelos quais os produtores rurais não utilizam os instrumentos gerenciais que a contabilidade disponibiliza para gestão de suas propriedades. Sugere-se ainda, uma investigação mais detalhada sobre os reais níveis de conhecimento dos produtores relacionados às ferramentas contábeis.

REFERENCIAS

ANDRIETTA, J. A. Identificação e classificação de clusters de agronegócios regionais no Estado de São Paulo. **Revista Informações Econômicas**, Instituto de Economia Agrícola, v. 34, n. 1, p. 1-128, 2004.

ARAUJO, M. J. **Fundamentos de agronegócio**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BARBALHO, V. F.; PEREIRA, A. C.; OLIVEIRA, A. B. S. Indicadores de controle e desempenho: uma ferramenta de gestão direcionada para a atividade pecuária bovina de corte. In: CONGRESSO USP – CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <www.congressoeac.locaweb.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2.

BERTI, A. **Contabilidade e análise de custos**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário 2011- 2012**. Brasília: 2011.

BRUNI, A. L. **A análise contábil e financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Administração de custos preços e lucros**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, J. M. C. de. **Logística**. 3. ed. Lisboa: Silabo, 2002.

CASSOL, S.; SHNEIDER, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Programa Coesión Territorial. Programa Coesión Territorial para el Desarrollo. Santiago, Chile, 2013. (Série Documentos de Trabalho nº 145 – Grupo de Trabajo: Desarrollo com Coesión Territorial).

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Índice de exportação do agronegócio**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2016.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

COELHO, H. O. **Diretrizes e requisitos para o planejamento e controle da produção em nível de médio prazo na construção civil**. 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5228/000467802.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 29: ativo biológico e produto agrícola**. Set. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 14 maio 2019.

_____. **CPC 26 (R1): apresentação das demonstrações contábeis**. Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em: 14 maio 2019.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTRA, R. G. **Custos: uma abordagem prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FADANELLI, V. G. **A utilização do método da unidade de esforço de produção como modelo de gestão de custos: o caso da empresa do ramo metalúrgico**. Dissertação (Mestrado profissional) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10613/000599768.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível em: <<http://www.famato.org.br/>>. Acesso em: 12 maio 2019.

FREITAS, A.; GUERRA, D.; MACEDO, C. **Uma escala para mensuração da importância percebida pelos docentes sobre a abordagem socioambiental nos cursos de administração de empresas**. In: Revista de administração Mackenzie. Vol. 14 São Paulo, 2013.

FREZATTI, E. F. **Gestão do fluxo de caixa: perspectivas estratégica e tática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GALVÃO, Rodrigo Regis de Almeida. **O biogás do agronegócio: transformando o passivo ambiental em ativo energético e aumentando a competitividade do setor**. **Boletim de Conjuntura**, n. 3, p. 4-6, 2017.

- IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Produção agrícola municipal**. 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- IUDÍCIBUS, S de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LIZOTE, S. A.; WINTER, J.; DAL RI, D. Análise da aplicabilidade dos controles contábeis e gerenciais no agronegócio: um estudo de caso com os produtores de banana de Luís Alves/SC. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E FINANÇAS E INICIAÇÃO CIENTIFICA EM CONTABILIDADE, 5., 2013, Florianópolis. **Anais...** Disponível em:<<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140411012441.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2019.
- MARION, J. C. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda**. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2014.
- MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2013.
- MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEDEIROS, J. A. de. **Agribusiness: contabilidade e controladoria**. Guaíba: Edelbra, 1999.
- MÓL, E. S. F. et al. Análise comparativa dos custos de produção e lucratividade dos cafés arábica e conilon nas principais cidades produtoras do Brasil no período de 2015 e 2016. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 25, 2018, Vitória. **Anais...** Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4510>>. Acesso em: 22 maio 2019.
- OLIVEIRA, N. C. de. **Contabilidade do agronegócio: teoria e pratica**. Curitiba: Jussara, n. 2, p. 5-23, 2010.
- REIS, A.; MARION, J. C. **Contabilidade avançada**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RIBEIRO, O. M. **Contabilidade comercial fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- RODRIGUES, W. C. Metodologia científica. 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/11590616/Metodologia_Cient%C3%ADfica_Prof._William_Costa_Rodrigues_FAETEC_IST_Paracambi_2007?auto=download>. Acesso em: 11 maio 2019.
- SAPORITO, Antonio; **Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2015.
- SEGATTI, S.; MARION, J. C. **Contabilidade da pecuária**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- TROMBETA, A. **A importância do controle financeiro nas empresas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014. Disponível em:<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3353/1/PB_EGCF_IX_2014_03.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

VIEIRA, N. de M. **Caracterização da cadeia produtiva da soja em Goiás**. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.